

Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.

CNPJ nº 69.034.668/0001-56

Relatório da Administração



Senhores Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo de 31/12/2022, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas que julgamos necessárias para melhor entendimento das presentes Demonstrações Financeiras. Permanecemos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

São Paulo, 14 de abril de 2023.

A Administração

Balancos patrimoniais em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)				Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
Ativos	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
				Circulante			
Circulante				Fornecedores	14	226.203	153.994
Caixa e equivalentes de caixa	6	451.675	456.696	Arrendamento mercantil	15	5.431	1.955
Instrumentos financeiros	7	1.721.197	1.479.196	Afiados a pagar	16	1.325.339	1.043.903
Contas a receber líquido de provisão	8	2.234.575	1.941.662	Cartões e vouchers em circulação	17	1.669.384	1.558.838
Ativo fiscal corrente	9.a	52.049	42.835	Obrigações trabalhistas		27.928	25.052
Outras contas a receber		17.818	27.127	Impostos e contribuições a recolher		16.504	12.672
Total do ativo circulante		4.477.314	3.947.516	Imposto de renda e contribuição social		58.353	19.958
				Adiantamento de clientes		33.922	558
Não circulante				Total do passivo circulante		3.361.064	2.816.930
Ativo fiscal diferido		65.388	54.216	Não circulante			
Depósitos judiciais	17	47.840	41.206	Provisão para contingências	18	12.195	16.943
Outras contas a receber		135	105	Arrendamento mercantil		16.889	584
Total do realizável a longo prazo		113.363	95.527	Dividendos a pagar	19.d	3.271	1.432
Imobilizado	12	21.854	2.788	Passivo fiscal diferido	9.b	316.357	316.200
Intangível	13	1.060.079	1.020.347	Total do passivo não circulante		348.712	335.159
Total do ativo não circulante		1.195.296	1.118.662	Total do passivo		3.709.776	3.152.089
Total do ativo		5.672.610	5.066.178	Patrimônio líquido			
				Capital social	19.a	760.741	760.741
				Reservas de capital	19.b	261.756	259.090
				Reserva legal	19.c	90.190	90.190
				Outros resultados abrangentes	19.f	(1.004)	(24.185)
				Reserva de lucros	19.e	851.151	828.253
				Total do patrimônio líquido		1.962.834	1.814.089
				Total do passivo e patrimônio líquido		5.672.610	5.066.178

Receita líquida	20	1.313.397	1.105.237
Custo das vendas	21	(190.942)	(169.975)
Lucro bruto		1.122.455	935.262
Despesas de vendas	22	(278.282)	(207.514)
Despesas administrativas	23	(249.432)	(202.586)
Outras despesas operacionais	24	(129.729)	(329.325)
Lucro antes das receitas financeiras líquidas e impostos		465.012	195.837
Despesas financeiras	25	(10.140)	(11.284)
Receitas financeiras	25	39.340	32.042
Receitas e despesas financeiras líquidas		29.200	20.758
Lucro antes dos impostos		494.212	216.595
Imposto corrente		(178.146)	(103.693)
Imposto diferido		11.015	30.299
Imposto de renda e contribuição social		(167.131)	(73.394)
Lucro líquido do exercício		327.081	143.201
Resultado por ação - básico (em R\$)		0.4276	0.1872
Número médio de ações durante o ano (por lote de mil ações)		764.880	764.880

Lucro do exercício		327.081	143.201
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto			

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)								
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		760.741	255.249	90.190	27.861	1.003.931	-	2.122.998
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	143.201	143.201
Outros resultados abrangentes:								
Transações com pagamentos baseados em ações	19.b (ii)	-	3.841	-	-	-	-	3.841
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros		-	-	-	-	-	-	-
a VJORA, líquidos de impostos	19.f	-	-	-	(37.072)	-	-	(37.072)
Destinações								
Dividendos distribuídos e pagos		-	-	-	-	(317.447)	-	(317.447)
Dividendos mínimos a pagar		-	-	-	-	-	(1.432)	(1.432)
Constituição de reserva de lucros a destinar		-	-	-	-	141.769	(141.769)	-
Total destinações do resultado		-	-	-	-	(175.678)	(143.201)	(318.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		760.741	259.090	90.190	(24.185)	828.253	-	1.914.089
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	327.081	327.081
Outros resultados abrangentes:								
Transações com pagamentos baseados em ações	19.b (ii)	-	2.666	-	-	-	-	2.666
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros, líquidos de impostos	19.f	-	-	-	23.181	-	-	23.181
Destinações								
Dividendos distribuídos e pagos		-	-	-	-	(300.912)	-	(300.912)
Dividendos mínimos a pagar		-	-	-	-	-	(3.271)	(3.271)
Constituição de reserva de lucros a destinar		-	-	-	-	323.810	(323.810)	-
Total destinações do resultado		-	-	-	-	22.898	(327.081)	(304.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		760.741	261.756	90.190	(1.004)	851.151	-	1.962.834

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa nas atividades operacionais		494.212	218.595
Resultado do exercício antes dos impostos		-	-
Ajustes para conciliar o resultado		-	-
Depreciação e amortização	12/13	37.656	22.622
Juros apropriados sobre empréstimo a pagar		-	-
Provisão para perda esperada	26	3.290	5.118
Provisão para contingências	18	4.254	4.801
Baixa de imobilizado e intangível	12/13	(1.494)	12.393
Juros sobre arrendamento mercantil		(1.719)	392
Baixa de contratos de arrendamento mercantil		-	(452)
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar		(56.353)	(29.804)
Imposto de renda		11.015	30.298
Transações com base em ações		2.666	3.841
		493.527	265.805

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. ("Sodexo", "SODEXO PASS", "SPDB" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil controlada pela Sodexo Pass Internacional ("Matriz"), sediada na França. A sede social da Companhia está localizada na Alameda Araguaia, 1.142 - Bloco 1, Barueri no Estado de São Paulo. A Companhia tem como principal objeto social a prestação de serviços na implantação, intermediação, administração e fiscalização de sistemas e/ou contratos de convênio de qualquer natureza, por meio de intermediação e fornecimento, às empresas clientes de cheques, cartões, vales e cupons, impressos em papel ou plástico, oriundos de tecnologia adequada, destinados à aquisição de refeições prontas ou gêneros alimentícios "in natura", vestuário e acessórios em estabelecimentos fornecedores de bens e serviços, como restaurantes, bares, hotéis, supermercados, livrarias, entre outros, por seus funcionários. Lei nº 12.865 - Regulamentação BACEN: Em 2021 houve mudanças importantes na regulamentação do Banco Central, dentre elas a Resolução nº 89/21 que alterou a Circular 3.682/13, para dispor e reforçar os arranjos que não integram o Sistema de Pagamento Brasileiro ("SPB") e inclusão de novos critérios de dispensa de autorização de arranjo fechado. Dessa forma, a SODEXO PASS possui meios de pagamento emitidos exclusivamente no âmbito de arranjo fechado de programas de benefícios em função da relação de trabalho para aquisição de produtos específicos, regulados ou não por Programas Sociais. Para as modalidades Gift e Premium, por serem de arranjo fechado, também constam pleitos do setor junto ao Banco Central para que estejam excluídos do SPB. Em 2023 houve mais uma mudança na regulação do Banco Central (Resolução nº 289/23) com a exclusão do Auxílio Alimentação - arranjo aberto da supervisão do Banco Central. O pedido de licenciamento como Instituição de Pagamento ("IP") na SPDB já foi realizado tendo em vista que a volumetria foi atingida, porém como os produtos Gift e Premium serão transferidos para a empresa Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda (SPDBI), a SPDB pediu a suspensão do pedido de IP e com a migração dos produtos para a SPDBI o pedido de IP será realizado pela própria SPDBI. 2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme o pressuposto de continuidade e de acordo com legislação societária brasileira e as diretrizes contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 13 de abril de 2023. b. Base de mensuração: No reconhecimento oficial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, expectativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. e. Julgamentos: As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Companhia que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos nas seguintes notas explicativas: • Nota 3.i: Apresentação da receita financeira decorrente de outros investimentos financeiros como receita operacional da Companhia. • Nota 3.d. e 13: Determinação dos projetos desenvolvidos internamente. • Nota 5 e 7.c: Determinação do valor justo dos instrumentos patrimoniais em parte relacionadas. f. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam ter um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 6: Provisão para perda esperada. • Nota 9.a: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. • Nota 5 e 7.d: Determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros e não financeiros. • Nota 13: Amortização do ativo intangível. • Nota 18: Provisão para contingências. • Nota 3.g (iii): Pagamento baseado em ações. 3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. a. Moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à média da conversão utilizada pela matriz na França, da data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em "resultado de variações cambiais". b. Instrumentos financeiros: (i) Ativos e passivos financeiros: Classificação e mensuração:

As práticas contábeis adotadas pela Companhia permitem que instrumentos financeiros sejam classificados sob as seguintes categorias: (i) instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - instrumentos de dívida); (iii) instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - instrumentos patrimoniais); e (iv) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação depende da origem dos instrumentos e modelo de negócio para a qual os instrumentos financeiros são adquiridos. A classificação dos instrumentos financeiros é efetuada no reconhecimento inicial da operação. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto (calculados utilizando-se o método da taxa efetiva de juros). Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR): Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo reconhecimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia mantém em seu portfólio os ativos financeiros abaixo:

Ativo/Passivo Financeiro	Mensuração
Operações compromissadas	Custo amortizado
Aplicações em depósitos bancários	Custo amortizado
Contas a receber	Custo amortizado
Cotas de fundos de investimentos	Valor justo por meio do resultado
Titulos publicos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Carteira de ações	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros	Custo Amortizado

(ii) Redução ao valor recuperável (Impairment) - Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativo e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ativo não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. (iii) Provisão para perda esperada - Contas a receber: A Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problema de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados no ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do cliente; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Companhia realizou análises do seu modelo de negócios e das características dos fluxos de caixa dos ativos de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e, considerando que os saldos de Contas a receber não possuem componente significativo de

financiamento, elaborou uma política interna que adota a abordagem simplificada prevista no CPC 48 - Instrumentos Financeiros para mensuração da provisão para perda esperada, dessa forma, foi avaliado a probabilidade de default sobre os saldos de contas a receber atual utilizando como base o histórico de faturamento versus recebimento financeiro dos últimos três exercícios fiscais. Abaixo é demonstrado os percentuais que correspondem a probabilidade de default conforme a faixa de atraso dos títulos:

Faixa de atraso	Percentual	2022	2021
A vencer	0,27%	0,41%	
Vencidos de 0 a 3 meses	2,68%	3,48%	
Vencidos de 3 a 6 meses	64,07%	69,15%	
Vencidos de 6 a 12 meses	75,01%	82,62%	
Vencidos a mais de 12 meses	86,23%	90,22%	

Em agosto de 2022 a Companhia realizou a atualização do estudo das taxas históricas de inadimplência e realizou a mudança das taxas aplicadas. Cabe ressaltar que os títulos são baixados para perdas quando vencidos onde a negociação tenha se esgotado ou se evidencie dificuldade financeira incontestável e falência, independente do prazo de atraso. c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Parte dos ativos imobilizados, são imobilizações em andamento, estes são transferidos para a conta definitiva de imobilizado quando há a conclusão da obra, e iniciada sua utilização, onde começa-se a reconhecer as despesas com depreciação. (ii) Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. (iii) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Móveis, utensílios e instalações	5 anos
Beneficiárias	5 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	5 anos
Veículos e computadores	4 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Continuação

Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. - CNPJ nº 69.034.668/0001-56

d. Intangível: Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados: Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos perdas por redução do valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos: • Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponível para uso ou venda; • Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; • Capacidade para usar ou vender o ativo intangível; • Demonstrar a existência de mercado ou outras formas de auferir benefícios econômicos; • Disponibilidade de recursos técnicos financeiros; • Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e os períodos comparativos são as seguintes: Custo de desenvolvimento capitalizados 5 anos. e. Arrendamento mercantil: O CPC 06 - Arrendamentos teve vigência a partir de 1º de janeiro de 2019 e introduziu um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo a ser depreciado, com o respectivo passivo e encargos financeiros. O arrendamento está presente no contrato, se o mesmo incluir: - Um ativo identificável especificando explicitamente ou implicitamente. Neste caso o fornecedor, não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não trará nenhum benefício econômico para o fornecedor; - O direito de controle do uso do ativo durante o contrato, neste caso a Companhia deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendamentos: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência até 12 meses. f. Benefícios a empregados: (i) Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. (ii) Benefício por tempo de casa: Plano de premiação e reconhecimento do funcionários devido a tempo de trabalho ininterrupto de 05, 10, 15, 20, 25 e 30 anos. (iii) Transações de pagamento baseado em ações: Valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non-vesting conditions), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais. Valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. g. Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa. h. Receita operacional: A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho. Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. (i) Prestação de serviços: Composta pelas comissões recebidas de clientes e de afiliados. (ii) Receita financeira: Corresponde aos rendimentos obtidos nas aplicações financeiras e em outros investimentos financeiros. I. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros recebidos de empréstimos a partes relacionadas, descontos obtidos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e despesas e comissões bancárias. J. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incentivos relativos a posição fiscal tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. 4. Novas normas ou alterações para 2022 e futuros requerimentos: Novos requerimentos atualmente em vigor:

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de Janeiro de 2022	Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)
	Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27)
	Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15)
Esta tabela apresenta uma lista das alterações recentes nas normas adotadas em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022. Não há impacto contábil em razão da adoção destes novos pronunciamentos contábeis.	
Futuros requerimentos:	
Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de Janeiro de 2023	Contratos de seguro (alterações ao CPC 50)
Esta tabela apresenta uma lista das alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos decorrente da adoção destes novos pronunciamentos contábeis mencionados.	
5. Determinação do valor justo e hierarquia de valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação utilizando-se das informações disponíveis e metodologias apropriadas, procedimento este que requer considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor justo mais adequado. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que	

não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. 6. Caixa e equivalentes de caixa:

31/12/2022	31/12/2021	
Caixa	11	24
Bancos	60.760	57.005
Aplicações financeiras - CDBs	(a) 86.044	156.210
Operações financeiras de renda fixa automática (b)	304.860	243.457
	451.675	456.696

(a) As aplicações financeiras são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. (b) Operações realizadas no open market por prazo mínimo de um dia, restritas às instituições financeiras. Operações de troca de dinheiro por um dia, para resgate no primeiro dia útil seguinte.

7. Instrumentos financeiros

Nota	Categoria	31/12/2022	31/12/2021
	Custo		
Aplicações financeiras - CDBs	(a) Amortizado	904.664	723.533
Títulos públicos	(b) VJORA	816.533	755.663
		1.721.197	1.479.196

Circulante

Não circulante

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e taxa de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na nota explicativa nº 26. O valor justo dos instrumentos financeiros foram apurados com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. (a) As aplicações financeiras possuem vencimento acima de 90 dias, porém são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. (b) Composição dos títulos públicos:

Títulos públicos	2022	2021
Letras do tesouro nacional - LTN	408.741	755.663
Letras financeiras do tesouro - LFT	409.792	-
	818.533	755.663

8. Contas a receber líquido de provisão

Nota	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - terceiros	2.347.196	2.050.907
Contas a receber - partes relacionadas	10	10
Provisão para perda esperada (a)	(112.631)	(109.341)
	2.234.575	1.941.662

(a) Movimentação da provisão para perda esperada:

31/12/2022	31/12/2021	
Saldo Inicial	(109.341)	(104.224)
(Constituição)/Reversão	(3.290)	(5.117)
Saldo Final	(112.631)	(109.341)

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a contas a receber é divulgada na nota explicativa nº 26. 9. Ativos e passivos fiscais: a. Ativo fiscal corrente: Por força de determinações legais, a Companhia sofreu a retenção e/ou procedeu a antecipações para posterior compensação dos seguintes tributos e contribuições:

31/12/2022	31/12/2021	
IRRF sobre aplicação financeira	31.030	19.452
IRRF retido na fonte	6.286	5.593
IRPJ de exercícios anteriores	4.506	4.130
Outros	10.227	13.660
	52.049	42.835

b. Imposto de renda e contribuição social diferido: (i) Ativo fiscal diferido: O imposto de renda e a contribuição social decorrente de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa ativados estão demonstrados a seguir:

31/12/2022	31/12/2021	
Imposto diferido consumido	(7.319)	(2.234)
IRPJ - Prejuízo fiscal	-	19.072
CSLL - Base negativa	-	7.319
	-	26.391

O saldo do Prejuízo Fiscal referente 2021, foi utilizado no exercício de 2022. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e eventos que as originaram. (ii) Passivo fiscal diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos de natureza passiva estão demonstrados a seguir:

31/12/2022	31/12/2021	
Passivo não circulante		
Royalties a pagar		
Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.	(3.699)	(4.776)
Sodexo Alliance S.A	(17)	(1.701)
Sodexo Pass Internacional - França	(364)	-
Sodexo México	(76)	-
Prestação de serviço		
Sodexo Frota Ltda. (serviços de gestão de frotas de veículos e combustível)	(129)	(86)
Sodexo Pass do Brasil Corretora de Seguros Ltda. (serviço de help desk e help service)	(3.498)	(1.607)
Total	(7.783)	(8.170)
Despesa		
Prestação de serviços e royalties a pagar		
Sodexo Alliance S.A (a)	(20.875)	(21.576)
Sodexo Pass Internacional - França (b)	(139.585)	(310.332)
Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação (c)	(10.215)	(11.736)
Total	(170.675)	(343.644)

(a) Refere-se a royalties pagos a matriz pela utilização da marca no Brasil, cuja a apuração e pagamento ocorrem mensalmente conforme contrato estabelecidos entre as partes. (b) Refere-se a contas a pagar para a matriz, geradas pela prestação de serviços de suporte, assistência e desenvolvimento de novas tecnologias, cuja apuração e pagamento ocorrem mensalmente, sendo as condições estabelecidas e formalizadas em contrato entre as partes. (c) Refere-se royalties a contas a pagar para a controladora gerado pelo faturamento da companhia, cuja a apuração e pagamento ocorrem mensalmente conforme contrato estabelecidos entre as partes.

11. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia considera que seus diretores estatutários compõem o pessoal-chave da administração, portanto, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os honorários totalizaram R\$ 5.794 e R\$ 4.952 respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado na conta de despesas administrativas.

Continuação Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. - CNPJ nº 69.034.668/0001-56

12. Imobilizado

Em milhares de Reais	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Benfeitorias Bens terceiros	Aluguel Imóveis	Aluguel veículos	Total
Em 1º de janeiro de 2021	2.066	1.055	5.474	2.520	1.206	4.066	16.962	6.909	40.258
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(1.924)	(1.041)	(5.335)	(1.251)	(1.206)	(3.739)	(4.693)	(785)	(19.974)
Em 31 de dezembro de 2021	142	14	139	1.269	-	327	12.269	6.124	20.284
Em 1º de janeiro de 2022	142	14	139	1.269	-	327	12.269	6.124	20.284
Adições	-	-	-	-	-	-	16.850	2.124	18.974
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	(9)	-	(1.269)	-	-	-	-	(1.278)
Em 31 de dezembro de 2022	142	5	139	1.269	-	327	29.119	8.248	37.980
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 1º de janeiro de 2021	(1.881)	(792)	(2.997)	(2.513)	-	(3.418)	(9.189)	(3.854)	(24.644)
Adições	(42)	(50)	(352)	(5)	-	(122)	-	-	(571)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	1.856	834	3.319	1.248	-	3.388	(2.769)	(157)	7.719
Em 31 de dezembro de 2021	(67)	(8)	(30)	(1.270)	-	(152)	(11.958)	(4.011)	(17.496)
Em 1º de janeiro de 2022	(67)	(8)	(30)	(1.270)	-	(152)	(11.958)	(4.011)	(17.496)
Adições	(30)	(3)	(16)	-	-	(63)	(1.290)	-	(1.402)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	7	-	1.270	-	-	-	1.495	2.772
Em 31 de dezembro de 2022	(97)	(4)	(46)	-	-	(215)	(13.248)	(2.518)	(16.126)
Valor contábil líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	75	6	109	1	-	175	311	2.113	2.788
Em 31 de dezembro de 2022	45	1	93	-	-	112	15.871	5.732	21.854

13. Intangível

Em milhares de Reais	Ágio desenvolvimento	Gastos de implementação	Marcas e sistemas	Direitos de uso de projetos em andamento	Ativos de comissões	Ativos de cartões	Total
Em 1º de janeiro de 2021	1.035.019	13.727	123.718	14	16.024	16.030	1.235.815
Adições	-	-	-	-	31.294	8.107	49.546
Transferências	-	-	11.506	-	(11.506)	-	-
Baixas	-	-	(586)	(14)	(8)	-	(618)
Em 31 de dezembro de 2021	1.035.019	13.727	134.628	-	16.024	35.810	1.284.743
Em 1º de janeiro de 2022	1.035.019	13.727	134.628	-	16.024	35.810	1.284.743
Adições (a)	6.671	-	-	-	52.288	7.559	75.986
Transferências	-	-	53.652	-	(53.652)	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	1.041.690	13.727	188.280	-	16.024	37.923	1.360.729
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Em 1º de janeiro de 2021	(100.000)	(9.277)	(107.408)	-	(15.848)	(7.290)	(242.825)
Adições	-	(2.436)	(9.871)	-	(157)	(5.269)	(22.051)
Transferências	-	-	-	-	-	(4.318)	-
Baixas	-	-	480	-	-	-	480
Em 31 de dezembro de 2021	(100.000)	(11.713)	(116.799)	-	(16.005)	(12.559)	(264.396)
Em 1º de janeiro de 2022	(100.000)	(11.713)	(116.799)	-	(16.005)	(12.559)	(264.396)
Adições	-	-	(2.013)	-	(18)	(6.949)	(36.254)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	(100.000)	(13.726)	(137.045)	-	(16.023)	(19.508)	(300.650)
Valor contábil líquido	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	935.019	2.014	17.829	19	35.810	17.805	1.020.347
Em 31 de dezembro de 2021	935.019	1	51.235	1	34.446	18.415	1.060.079

Projetos em andamento: O saldo de projetos em andamento no montante de R\$ 34.446 refere-se a gastos com implementação de sistemas, projeto de novos produtos e melhoria nas ferramentas de trabalho tanto em software como procedimentos, com a expectativa de retorno financeiro futuro através da redução de custos. Ativo de cartões: O saldo em ativo de cartões no montante de R\$ 14.291 refere-se a capitalização dos custos com cartões gerados na obtenção de cartões. Ágio: O ágio gerado na aquisição, em março de 2008, da participação societária das Empresas "1092007 Participações Ltda." e "2092007 Administração e Processamento de Benefícios Ltda.", que por sua vez detinham o negócio de benefícios, no montante de R\$ 1.035.019 tem a sua origem na rentabilidade futura advinda da aquisição da carteira de clientes dessa empresa. A amortização acumulada do ágio no montante de R\$ 100.000 refere-se a amortização efetuada ao longo do ano de 2008. Os ativos intangíveis com tempo de vida útil indefinida, bem como o ágio decorrente da expectativa de rentabilidade futura, foram testados com relação ao valor recuperável no exercício de 2022 e 2021, não havendo reduções ao valor recuperável a serem reconhecidas sobre os mesmos. O teste de redução ao valor recuperável do ágio da participação societária das Empresas "1092007 Participações Ltda." e "2092007 Administração e Processamento de Benefícios Ltda.", foi determinado através do percentual de representatividade do negócio de benefícios com base no comparativo das receitas operacionais da Companhia antes e depois da aquisição. O cálculo baseou-se no fato de a aquisição não ter tido uma incorporação significativa de ativos e sim uma possibilidade da exploração do Negócio de Benefícios. Os valores de ágio apurados pela Companhia nas aquisições das Empresas "1092007 Participações Ltda." e "2092007 Administração e Processamento de Benefícios Ltda.", foram amortizados até o exercício de 2008 e a partir de 2009, está somente sujeito a avaliação de impairment (redução ao valor recuperável). (a) Compra Carteira de clientes Sorovale: Em 22 de janeiro de 2021, a companhia firmou um Contrato de Compra e Venda de Carteira de Clientes e Outras Avenças, que preveem aquisição da Carteira de Clientes da Sorovale representativa das atividades de Serviços de Benefícios prestados pela Sorovale Administradora de Benefícios e Convênios S.A. (SOROVALE) no montante de R\$ 6.671. O ágio gerado na aquisição, tem a sua origem na rentabilidade futura advinda da aquisição da carteira de clientes dessa empresa. O registro da operação foi realizado em 31 de março de 2022 após o registro do laudo de avaliação da compra.

14. Fornecedores

Circulante	Nota 31/12/2022	31/12/2021
Contas a pagar - terceiros	84.015	66.575
Contas a pagar - partes relacionadas	10	7.783
Outras provisões	(a) 134.405	79.248
	226.203	153.993

(a) As provisões constituem-se conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Cortesias e Bonificações	44.042	8.324
Rede Adquirente	8.129	6.903
Serviço de atendimento e suporte	5.255	3.337
Despesa com pessoal	4.562	2.812
Embossing Cartões	3.223	1.934
Serviços profissionais	24.805	19.089
Entrega de cartões	5.242	2.042
Honorários advocatícios	831	1.458
Aluguel	1.715	833
Propriedade intelectual (i)	30.211	27.385
Outras provisões	6.390	5.131
	134.405	79.248

(i) Em 09 de agosto de 2021 através de documento denominado "Cooperation Agreement" foi estabelecido entre a Sodexo Pass do Brasil e Sodexo Pass International os termos e condições segundo o qual as partes enviaíram esforços conjuntos para realizar pesquisa e desenvolvimento de trabalhos de interesse conjunto para buscarem melhorar a propriedade intelectual de sistemas e aplicações tecnológicas existentes para desenvolver nova propriedade intelectual em benefício de ambas as Partes. A exposição da Companhia para os riscos de perda e de risco de liquidez relacionados a fornecedores, afiliados a pagar, cartões e vouchers em circulação encontra-se divulgada na nota explicativa nº 26. 15. Arrendamento mercantil: A movimentação do direito de uso e da obrigação decorrente dos contratos de arrendamentos estão apresentados abaixo:

	Direito de uso (ativo imobilizado)	Arrendamento mercantil (passivo)
Balanco em 31/12/2020	10.828	11.406
Adições de novos contratos	-	-
Baixas de contratos	(5.478)	(452)
Pagamentos de taxas de aluguel	-	(8.807)
Despesa de juros	-	392
Depreciação acumulada	(2.926)	-
Balanco em 31/12/2021	2.424	2.539
Circulante	-	1.955
Não circulante	2.424	584
Balanco em 31/12/2021	2.424	2.539
Adições de novos contratos	18.974	23.738
Baixas de contratos	-	-

b. Reserva de capital: (i) Refere-se ao ágio na emissão de ações por preço superior ao valor nominal destinadas à formação de reserva de capital. O montante da reserva de capital em 2022 é de R\$ 240.275 (R\$ 240.275 em 2021). (ii) Transações de pagamento baseado em ações: Em 2013 a Matriz estabeleceu um programa de opção de compra de ações que deu direito ao pessoal chave da administração à compra de ações da Matriz. De acordo com esse programa, as opções podem ser exercidas pelo preço de mercado das ações na data da outorga.

Número de	Condição de aquisição de direito de opção	Vida contratual de
Data da outorga	ações	opção

As ações são adquiridas somente se o beneficiário ainda estiver trabalhando para a Companhia na data de aquisição; além disso, algumas subvenções de ações restritas estão sujeitas a condições de desempenho.

Em 18/06/2019	61.700	4
Em 25/11/2020	6.050	3
Em 1º/02/2022	4.300	3

Total das Opções

de ações 72.050
O montante de transações de pagamento baseado em ações em 2022 é de R\$ 21.481 (R\$ 18.815 em 2021). c. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, ou até atingir o limite de 30% somado a reserva de capital. O montante de reserva legal em 2022 é de R\$ 90.190 (R\$ 90.190 em 2021). d. Distribuição de dividendos: Ao longo do ano de 2022 a Companhia efetuou os seguintes pagamentos de dividendos aos acionistas:

	2022	2021
Distribuição de lucros retidos de anos anteriores	-	-
dividendos destinados	302.344	320.647
Total	302.344	320.647

Os dividendos a distribuir do exercício, provisionado no passivo circulante foi formado conforme segue:

Lucro do exercício	327.081	143.201
Reserva legal	-	-
Lucro do exercício após a reserva legal	327.081	143.201
Saldo de lucros a destinar do exercício anterior	828.253	1.003.924
Destinação	-	-
Distribuição de lucros retidos de anos anteriores	(300.912)	(317.448)
Dividendos mínimos estatutários - 1%	(3.271)	(1.432)
Lucros a destinar	851.151	828.246
Saldo do ano anterior de dividendos a distribuir	1.432	3.199
Distribuição de dividendos mínimos retidos de anos anteriores	(1.432)	(3.199)
Valor de dividendos mínimos estatutários do ano	3.271	1.432
Dividendos a distribuir	3.271	1.432

Em 11 de agosto de 2022 a Companhia, deliberou aos sócios a distribuição de dividendos reconhecidos de exercícios anteriores, com o valor de R\$ 302.344, sendo a distribuição para Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda no valor de R\$ 117.666 e para a Sodexo Pass International a destinação de R\$ 184.679. e. Reserva de lucros: Os lucros a destinar serão destinados em Assembleia dos Acionistas. f. Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece nesta conta os aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência. O saldo de R\$ 20.477 (R\$ 5.370 em 2021), demonstrado como ajuste de avaliação patrimonial está representado por R\$ 1.004 (R\$ 24.185 em 2021) decorrente da diferença do cálculo dos rendimentos pré-fixados dos títulos públicos comparados a marcação a mercado e variação líquida no valor justo por meio de outros resultado abrangentes.

20. Receita líquida:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	1.827.593	1.546.192
Receita serviços prestados	161.707	94.681
Rendimentos financeiros (a)	211.157	194.744
Outras receitas serviços prestados	2.200.457	1.835.617
Total receitas	(95.725)	(85.744)
(-) Impostos sobre vendas	(791.335)	(644.636)
(-) Devoluções e abatimentos	(887.060)	(730.380)
Total deduções	1.313.397	1.105.237
Receita líquida	1.313.397	1.105.237

(a) Receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras valores de em circulação, inerentes à operação da empresa.

21. Custo das vendas:

	31/12/2022	31/12/2021
Serviço da processadora de cartão	(43.720)	(38.858)
Gastos com produção e entrega de cartões	(9.735)	(8.839)
Serviços com atendimento e suporte	(59.863)	(53.548)
Serviço com operadoras	(77.624)	(68.730)
	(190.942)	(169.975)

22. Despesas de vendas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(122.204)	(109.658)
Prestadores de serviços	(30.374)	(17.365)
Comissão de vendas	(21.264)	(20.043)
Aluguel	(5.276)	(4.102)
Bonificações e cortesias	(61.003)	(27.742)
Propaganda e publicidade	(23.777)	(14.229)
Outros	(14.384)	(14.375)
	(278.282)	(207.513)

23. Despesas administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(65.803)	(61.754)
Prestadores de serviços	(31.214)	(28.221)
Consultoria e auditoria	(29.562)	(36.764)
Depreciação e amortização	(40.959)	(30.787)
Provisões/Reversões	1.554	(221)
Taxas, contribuições e impostos	(13.960)	(8.729)
Royalties	(55.178)	(32.436)
Outros	(14.462)	(3.674)
	(249.432)	(202.586)

24. Outras despesas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Royalties com partes relacionadas (a)	(31.091)	(33.312)
Provisão para perda esperada	(3.290)	(4.950)
Perda efetiva de créditos e liquidação duvidosa	(11.461)	(9.267)
Propriedade Intelectual (b)	(84.406)	(277.896)
Outras receitas e despesas	487	(1.229)
Perda/Ganho na baixa de imobilizado	32	(2.671)
	(129.729)	(329.325)

(a) Os royalties com partes relacionadas referem-se ao saldo de despesas com a Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda., controladora direta da Companhia. (b) Em 09 de agosto de 2021 através de documento denominado "Cooperation Agreement" foi estabelecido entre a Sodexo Pass do Brasil e Sodexo Pass International os termos e condições segundo o qual as partes enviaíram esforços conjuntos para realizar pesquisa e desenvolvimento de trabalhos de interesse conjunto para buscarem melhorar a propriedade intelectual de sistemas e aplicações tecnológicas existentes para desenvolver nova propriedade intelectual em benefício de ambas as Partes.

25. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras	-	-
Despesas bancárias e cobrança	(5.804)	(6.191)
Juros sobre contrato de aluguel	(1.719)	(392)
Descontos concedidos	(2.616)	(4.700)
	(10.139)	(11.283)

Receitas financeiras

Juros recebidos de clientes	28.132	21.120
Descontos obtidos	266	312
Variação monetária	1.481	3.191
Receita de notas de crédito não utilizadas	9.360	6.879
Outros	100	539
	39.339	32.041

Receitas (despesas) financeiras líquidas

	29.200	20.758
--	--------	--------

26. Gerenciamento de Riscos e Capital: a. Estrutura do gerenciamento de risco: A Companhia mantém mapeados os principais riscos e seus respectivos controles, definidos os critérios de impacto e probabilidade e faz o acompanhamento dos riscos considerados estratégicos e das ações de mitigação dos mesmos. Desta forma, a Companhia monitora os seus riscos por meio de uma estrutura organizacional multidisciplinar, atribuindo a todas as áreas a responsabilidade pela gestão de riscos, na qual avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas. As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros:

Continuação

Risco de crédito, risco de liquidez, risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de mercado: Esse risco é proveniente da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas que de forma geral não tem garantias ou de créditos devedores junto a instituições financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e do estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas. Com relação ao grau de exposição ao risco, a Administração considera baixo, tendo em vista que a Companhia possui uma base de clientes pulverizada, sendo companhias sólidas e com elevados índices de fidelização e para os clientes considerados como risco de crédito o serviço é prestado mediante pagamento antecipado. A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras por tipo de contraparte foi de:

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes (I)	8	2.234.575
Instrumentos financeiros	2.112.101	1.878.863
	4.346.676	3.820.525

O vencimento dos recebíveis e investimentos financeiros na data das demonstrações financeiras era:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo a vencer	4.275.676	3.808.292
Saldo vencidos até:		
de 1 a 30 dias	53.787	6.743
de 31 a 90 dias	8.923	2.050
de 91 a 360 dias	15.975	17.036
acima de 360 dias	104.946	85.745
Total	4.459.307	3.929.866
Provisão para perdas esperadas (Nota 8)	(112.631)	(109.341)
	4.346.676	3.820.525

O movimento na provisão para perdas esperadas em relação aos recebíveis na data das demonstrações financeiras foi de:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 1º janeiro	(109.341)	(104.224)
Provisão/Reversão	(3.290)	(4.942)
Perda Recuperação Judicial	-	(175)
Saldo em 31 de dezembro	(112.631)	(109.341)

(II) A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas com contrapartes que possuam uma classificação mínima A1 da Standard & Poor's e P1 da Moody's para títulos de curto prazo. Para os títulos de longo prazo (limitado em 23 meses) não podendo ultrapassar 60% do portfólio. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e o enquadramento dos limites de operação designados as contrapartes. **Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções e o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

	Valor	6 meses	não maior que
	contábil ou menos determinado	1 ano	
Fornecedores (Nota 14)	226.203	226.203	-
Cartões e vouchers em circulação (Nota 16)	1.669.385	-	1.669.385
Afiados a pagar (Nota 15)	1.325.339	1.325.339	-
Total	3.220.926	1.551.542	1.669.385

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. - Barueri - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. - CNPJ nº 09.034.668/0001-56

O montante com vencimento não determinado refere-se aos saldos de cartões e vouchers colocados em circulação e ainda não apresentados para reembolso pelos estabelecimentos comerciais credenciados. O vencimento é determinado somente após apresentação dos vouchers e das transações dos cartões por parte dos estabelecimentos, ocorrendo assim a transferência do saldo para afiliações a pagar. **Risco de moeda:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio sobre os valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras.

	31/12/2022	31/12/2021
	Euro	Euro
Contas a pagar - partes relacionadas	83	267
Exposição líquida no balanço	83	267

Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **Perfil dos instrumentos financeiros:** O perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia na data das demonstrações financeiras era:

data das demonstrações financeiras era:			
Instrumentos de taxa fixa	Rendimento/Taxa	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros			
Títulos públicos (Nota 7)	11,2 a 15,67% a.a.	<u>816.533</u>	<u>755.663</u>
		816.533	755.663

Instrumentos de taxa variável
 Ativos financeiros
 Aplicação financeira - CDBs (Nota 6 e 7)

	31/12/2022	31/12/2021
Operações financeiras de renda fixa automática (Nota 6)	304.860	243.457
	1.295.568	1.123.200

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e SELIC nos seus investimentos e empréstimos a partes relacionadas respectivamente. **Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável:** Uma alteração de 1,00% nas taxas de juros CDI e SELIC, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduziu) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto a moeda estrangeira, são mantidas constantes.

	Lucro	Lucro	Patrimônio	Patrimônio
	aumento	diminuição	líquido	líquido
Ativos financeiros a taxa variável	35	(35)	35	(35)

Risco de mercado: Para a Companhia participar de concorrência pública é necessário o cumprimento de índices financeiros iguais ou superiores a 1,0 de capital circulante líquido. **Risco de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar uma relação de capital eficiente, afim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital, adequando a mesma às condições econômicas, podendo efetuar pagamentos de dividendos, redução de capital aos acionistas, recompra e alienação de ações de sua própria emissão, captação de empréstimos e financiamentos e contratação de operações com derivativos. **b. Valor justo versus valor contábil:** Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, ou na ausência deles, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante o exercício de 2022 e 2021 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos. Os demais instrumentos financeiros: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores, partes relacionadas, fornecedores, créditos e vouchers em circulação e afiliações a pagar, são registrados pelo custo amortizado. Os períodos de liquidação são de curto prazo e, portanto, os valores contábeis são considerados uma aproximação razoável dos valores justos. **Classificações contábeis e valores justos:** Valor justo contra valor contábil

bil: O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

	2022	2021
	Valor	Valor
Hierarquia	Valor	Valor
valor justo	contábil	contábil
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado - VJR		
Instrumentos patrimoniais de partes relacionadas - NE 7	2	-
Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado - CA		
Instrumentos financeiros de:	1.577.598	1.577.598
Aplicações financeiras em CDBs - NE 6 (a)	86.044	86.044
Operações financeiras de renda fixa automática - NE 6 (a)	304.860	304.860
Aplicações financeiras em CDBs - NE 7 (a)	904.684	904.684
Contas a receber de clientes - NE 8 (b)	2.234.575	2.234.575
Fornecedores - NE 14 (c)	226.203	226.203
Afiados a pagar - NE 16 (d)	1.325.339	1.325.339
Créditos e vouchers em circulação - NE 17 (e)	1.669.385	1.669.385
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA		
Instrumentos financeiros - títulos públicos - NE 7 (a)	2	816.533
	816.533	755.663

(a) Devido à sua alta liquidez e natureza de curto prazo, o valor contábil do investimento é uma aproximação razoável de seu valor justo. (b) O Contas a receber de clientes têm prazo máximo de vencimento de 12 meses e são registrados com base nos contratos pactuados. Como resultado, o valor contábil é considerado uma aproximação razoável do valor justo. (c) Os valores contábeis de fornecedores a pagar são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original. Os períodos de liquidação não excedem 90 dias e, portanto, os valores contábeis são considerados uma aproximação razoável dos valores justos. (d) Os valores de afiliações a pagar são repassados em curto prazo e são registrados com base nas condições pactuadas via contato, de modo que o valor contábil é considerado uma aproximação razoável do valor justo. (e) Os valores das contas de créditos e vouchers em circulação possuem liquidez imediata, portanto, o valor contábil é considerado uma aproximação razoável do valor justo. **27. Seguros:** Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 121.712 para danos materiais, R\$ 10.000 para responsabilidade civil (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 127.035 e R\$ 10.000, respectivamente).

Thierry Guilhard - Diretor-Presidente
 Bernarda Briceño Ramirez - Diretora Financeira
 Paloma Andrade - CRC 1SP-241102/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a aderência das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de Abril de 2023
KPMG Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP-027685/O-0 Fº SP
 Jonas Moreira Salles
 Contador CRC SP295315/O-4

Anhanguera Empreendimentos e Participações Ltda.
 CNPJ/ME 59.934.380/0001-84 - NIRE nº 35 2 2140901 6
Reunião de Sócios Cotistas - Edital de Convocação
 Ficam os senhores cotistas da Anhanguera Empreendimentos e Participações Ltda., convocados para se reunirem no dia 24 de abril de 2023, às 08:00 horas, em primeira chamada e às 08:15 horas em segunda chamada e de modo digital, através da plataforma de videochamadas "Zoom", cujo link será encaminhado após a confirmação de presença através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, devendo no mesmo tipo ato informar o nome completo, RG, CPF e e-mail do solicitante, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 01. Tomar conhecimento, discutir e aprovar o balanço social encerrado em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 13 de abril de 2023. Eunice Melo Cruz - Administradora

Comercial TMC Produtos Metalúrgicos Ltda.
 CNPJ/ME 00.896.390/0001-20 - NIRE nº 35 2 1341852 4
Reunião de Sócios Cotistas - Edital de Convocação
 Ficam os senhores cotistas da Comercial TMC Produtos Metalúrgicos Ltda., convocados para se reunirem no dia 24 de abril de 2023, às 10:00 horas, em primeira chamada e às 10:15 horas em segunda chamada e de modo digital, através da plataforma de videochamadas "Zoom", cujo link será encaminhado após a confirmação de presença através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, devendo no mesmo tipo ato informar o nome completo, RG, CPF e e-mail do solicitante, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 01. Tomar conhecimento, discutir e aprovar o balanço social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e 02. Alterar e consolidar o contrato social, em decorrência do falecimento do sócio Thomaz Melo Cruz. São Paulo, 13 de abril de 2023. Eunice Melo Cruz - Administradora

Pluzie Indústria e Comércio de Materiais Elétricos Ltda.
 CNPJ/ME 08.813.440/0001-70/NIRE 35.221.178.359
Reunião de Sócios - Edital de Convocação
 Ficam convocados os sócios para comparecerem à Reunião de Sócios, a ser realizada no dia 25 de abril de 2023, às 9h, na Rodovia Anhanguera, Km 186, na Cidade de Leme, Estado de São Paulo, CEP 13610-970, local diverso da sede social da Sociedade, em razão da ausência de espaço físico no endereço da sede, para apreciar a seguinte Ordem do Dia: (I) análise, discussão e deliberação acerca das Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2007 a 31/12/2022; e (II) ratificação da destinação dos resultados apurados referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2007 a 31/12/2021; (III) Deliberação sobre a destinação dos resultados apurados, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Leme, 14/04/2023.
 Administração

Empresa de Desenvolvimento de Limeira S/A - EMDEL - "Em Liquidação"
 C.N.P.J./M.F. Nº 45.144.516/0001-48
Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária
 Em atendimento ao que dispõe o artigo 124 da Lei Federal nº 6.404/76 e suas modificações Lei 11.638/2007, ficam os senhores Acionistas da "EMDEL - Em Liquidação" CONVOCADOS para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26 de abril de 2023, às 9:30 horas, na sede da sociedade, localizada à Rua Dr. Alberto Ferreira, 179, Conjunto "A" Limeira/SP, com a seguinte ordem do dia: 1 - Apreciação e deliberação sobre o Relatório do Liquidante; 2 - Apreciação e deliberação sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2022; 3 - Eleição do Conselho Fiscal para o exercício de 2023; 4 - Outros Assuntos de Interesse da Sociedade. Limeira, 10 de abril de 2023.
 Dionísio Franco Simoni - Liquidante

Associação CCS Brasil
 CNPJ/ME 45.871.527/0001-20
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária
 A Associação CCS Brasil, com sede e foro na Avenida Paulista, 1636, Conjunto 4, CEP, 01310-200, Bela Vista, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, convoca através do presente edital, para a Assembleia Geral, que será realizada em sua sede e de forma híbrida online no dia 28/04/2023, às 17 horas, com link enviado por e-mail aos interessados, com a seguinte ordem do dia: I) Revisão e alteração do Estatuto Social da CCS Brasil; II) Eleição do Conselho Fiscal; III) Extensão de prazo para análise e aprovação das contas de 2022; IV) Criação de Conselho Consultivo Internacional; V) Aprovação do Regimento de funcionamento dos conselhos consultivos; VI) Outros assuntos de interesse que surgirem. Contando com a presença e participação, subscreve-se o presente edital de convocação. São Paulo, 12 de abril de 2023. Associação CCS Brasil - Neste ato pela Presidente - Diretora Nathália Masulino Weber

Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo
 CNPJ nº 60.761.889/0001-51
Edital de Convocação
Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária
 Nos termos do estatuto social, ficam convocados os associados do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo a se reunirem, em primeira convocação, às 18:30 horas, e em segunda, às 19:00 horas, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizarem no dia 25/04/2023, no Cantaloup Restaurante, sito à Rua Manuel Guedes nº 474 - Itaim Bibi, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: em Assembleia Geral Ordinária: a) Relatório da Administração e Balanço e Demonstração da Receita e da Despesa do exercício findo em 31/12/2022; b) outros assuntos de interesse da entidade; em Assembleia Geral Extraordinária: a) Apreciação de proposta de alteração parcial do artigo 1º do Estatuto Social. b) outros assuntos de interesse da entidade. São Paulo, 14 de abril de 2023. Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Lívio De Vivo - Presidente.



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por CÍCERO PACÍFICO DA SILVA, em sexta-feira, 28 de abril de 2023 12:27:03 GMT-03:00. CNIS: 11.880-2 - 1º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.